



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
DEPARTAMENTO DE ARTE  
GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL

**PRODUÇÃO CULTURAL SOB A ÓTICA DO COMUM  
UM ESTUDO DE CASO NA CHAPADA DOS VEADEIROS - GOIÁS, BRASIL**

Gabriela Andrade de Mattos

NITERÓI-RJ

2019

GABRIELA ANDRADE DE MATTOS

**PRODUÇÃO CULTURAL SOB A ÓTICA DO COMUM  
UM ESTUDO DE CASO NA CHAPADA DOS VEADEIROS, GOIÁS - BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado na Universidade Federal Fluminense como requisito para a conclusão do Bacharelado em Produção Cultural.

Orientador:

João Luiz Pereira Domingues

NITERÓI-RJ

2019

GABRIELA ANDRADE DE MATTOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Produção Cultural Da Universidade Federal Fluminense como exigência final a obtenção do título de Bacharel em Produção Cultural, mediante a Banca Examinadora formada por:

Orientador: Prof. Dr. João Luiz Pereira Domingues

---

Avaliador: Me. Luiz Mendonça

---

Avaliador: Bel. Gustavo Portella

---

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

NITERÓI-RJ

2019

“Se respeitássemos apenas o que é inevitável e tem razão de ser, música e poesia ecoariam pelas ruas.”  
(THOREAU; WALDEN, 1894).

## AGRADECIMENTOS

Reconheço neste trabalho que o meu ingresso, permanência e conclusão em um curso universitário gratuito são verdadeiros privilégios frutos de outros tantos que atravessam este país. Sou muito grata por tudo que me trouxe até aqui, mas não ignoro o sistema de abismos sociais ao qual pertencço e que faz com que tantas e tantos outros colegas não tenham a mesma oportunidade incrível que é estudar e trabalhar com temas que lhe são caros. A educação pública e gratuita de qualidade é a mais potente ferramenta para alcançar a liberdade e não se pode de forma alguma experimentá-la de maneira individual. Deixo explícita a minha eterna gratidão à Universidade Federal Fluminense por “estourar” a bolha de realidade na qual eu vivia antes de frequentá-la.

Agradeço aos meus pais por sempre embarcarem em meus projetos e sonhos, por mais utópicos que possam parecer. Agradeço por me ensinarem a voar sozinha, a me lançar no mundo e a reconhecer e aprender com as minhas próprias falhas. Agradeço por me apresentarem ao paraíso que hoje se apresenta neste trabalho como meu campo de pesquisa, a Chapada dos Veadeiros. Agradeço por terem viajado para lá há vinte anos atrás, por terem se apaixonado perdidamente pelo lugar e compartilhado desta paixão comigo. Obrigada, pai e mãe. Vamos juntos, aprendendo, sempre!

Agradeço também ao Dax e Michy, bem como toda a equipe da Florestinha, por me acolherem em sua casa e sua família depositando tanta confiança em meu trabalho. Sou extremamente grata à todas e todos que cruzaram meu caminho durante os dois meses de pesquisa em campo. Cada encontro, cada prosa, cada mergulho em cachoeiras foram de alguma forma relevantes para tornar esta experiência tão rica e única.

Encerrar esta graduação com um trabalho de pesquisa prática e uma monografia sobre temas que despertam em mim imenso interesse é, sem dúvidas, gratificante. O cenário político que se constrói atualmente tanto em (des)favor do meio ambiente quanto da educação pública e da cultura me levam a nutrir sentimentos pessimistas para o futuro do país. Ainda assim, me desdobrar sobre este trabalho foi um refúgio simbólico extremamente empoderador, um processo que - por mais que desgastante - me proporcionou revisitar conceitos e até mesmo planejamentos pessoais. Sou grata por esta oportunidade e pelas portas que este trabalho de pesquisa me permitiu abrir.

## **RESUMO:**

O presente trabalho apresenta o tema produção cultural sob a ótica do comum, onde trata do estudo do caso na Chapada dos Veadeiros em Goiás. Ao revisitar conceitos construídos pela autora do presente estudo acerca da prática profissional de produtores culturais durante o curso de graduação, há o surgimento de uma nova visão afetada por uma pesquisa em campo. Verifica-se então uma análise da Produção Cultural a partir de um lugar desnecessariamente distante, uma lógica de vida e trabalho alternativos a que se conhece nos grandes centros urbanos do país, no qual será demonstrada a influência da experiência de campo imersiva enquanto voluntária em um projeto piloto de plantio e manejo de agrofloresta no interior do Brasil. Inicialmente, será tratado o tema Florestinha do Vale Verde, com o breve relato de campo, e o curso de agricultura sintrópica com Ernst Gotsch. A seguir, será desenvolvido o item sobre a organização em comunidade a partir do debate sobre o “comum”, e gestão de recursos naturais a partir do “comum”. E por fim, serão revisitados os conceitos na produção cultural, visando como a cultura compõe o comum, e como os bens naturais compõem o comum.

**PALAVRAS-CHAVE:** Produção Cultural. Chapada dos Veadeiros. Relato de Campo. Organização do “comum”.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Equipe da Florestinha .....	17
Imagem 2 - Esquema ilustrado de um canteiro na Florestinha do Vale Verde.....	19
Imagem 3 - Canteiro de Hortaliças com a chuva ao fundo.....	19
Imagem 4 - Sistema de Acumulação e Abundância da Agrofloresta .....	20
Imagem 5- Foto de encerramento do curso de Agricultura Sintrópica .....	28

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>..9</b>
<b>Capítulo 1 - Florestinha do Vale Verde .....</b>	<b>15</b>
1.1 Breve Relato de Campo.....	15
1.2 Curso de Agricultura Sintrópica com Ernst Gotsch .....	24
<b>Capítulo 2 -A Organização em Comunidade a Partir do Debate Sobre o “comum” .....</b>	<b>29</b>
2.1 Gestão de Recursos Naturais a Partir do “comum”.....	31
<b>Capítulo 3 -Revisitando Conceitos na Produção Cultural .....</b>	<b>36</b>
3.1 Cultura compõe o Comum.....	39
3.2 Bens Naturais compõem o Comum.....	39
<b>Conclusão.....</b>	<b>43</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>44</b>
<b>Anexos: Ata de Apresentação, Instrumento de Avaliação e Autorização para divulgação.....</b>	<b>47</b>



## Introdução

Esta monografia nasce de uma necessidade pessoal em revisitar conceitos que construí acerca da prática profissional de produtores<sup>1</sup> culturais durante o curso de graduação, a partir de um novo olhar afetado por uma pesquisa em campo. Também considero o tema investigado uma rica fonte de aprendizado para nós enquanto coletivo criativo, tanto na academia quanto no mercado de trabalho.

Proponho nesta dissertação uma análise da Produção Cultural a partir de um lugar desnecessariamente distante, uma lógica de vida e trabalho alternativas à que se conhece nos grandes centros urbanos do país. Escrevo aqui sob influência da minha experiência de campo imersiva enquanto voluntária em um projeto piloto de plantio e manejo de agrofloresta no interior do Brasil. Analiso a profissão de produtores culturais a partir de uma forma de organização coletiva observada em campo; e é pautada por estas observações que introduzo o debate acerca do *Common*<sup>2</sup> (“comum”) para, finalmente, revisitar conceitos da Produção Cultural.

Ao longo de toda a graduação, escutei com frequência a pergunta mais emblemática deste curso: afinal, o que faz uma produtora cultural? Já respondi, e já vi colegas responderem, das mais diversas formas à essa questão que, sob o meu ponto de vista, não possui resposta única. Afinal, se o nosso objeto de trabalho é a cultura - multidimensional e particularmente complexa por si só - por que deveríamos rotular a produtora ou o produtor enquanto cumpridores desta ou daquela tarefa profissional?

Se a produção cultural é projeto e pesquisa, conservação, memória, se é burocracia e trabalho manual, se é evento e entretenimento, se é política e antropologia, se ela é patrimônio material e imaterial, se é museu, casa de cultura, escola, galeria de arte, rua, se é muro, praça, se é cinema, teatro, dança, música, literatura, artes plásticas e visuais... Se a produção é tanta *coisa*, por que a produtora ou o produtor seria uma só?

---

1 Entende-se nesta monografia que produtores é a forma flexionada para o plural de produtor. Caso necessária a distinção de gênero, e quando em referência ao curso de graduação de Produção Cultural (UFF-Niterói) ou à minha experiência individual, a palavra será utilizada primeiramente no feminino. Além deste gênero contemplar a minha pessoa, faço este esforço por reconhecer que o curso de Produção Cultural (UFF-Niterói) é composto majoritariamente por mulheres.

2 Não existe um consenso a respeito da tradução do termo original para o português, também são poucos os esforços recentes em se traduzir a discussão mundial sobre o tema no Brasil, por isso utilizo neste trabalho a tradução livre da palavra, compreendendo que esta não dá conta do conceito geral. Para Commons, portanto, utilizarei “comum”.

Portanto, norteadas por esta lógica, já dei à essa pergunta diversas respostas. Agora chego no último período de graduação constatando que em nenhuma delas mencionei a dimensão ambiental da nossa profissão. Algo especialmente relevante no contexto espaço-tempo atual: o Brasil de 2019.

Trago o fator meio ambiente para o campo da Produção Cultural como forma de provocar uma reflexão sobre própria noção que estabelecemos acerca de sustentabilidade e ecologia dentro desta profissão. Em muito pouco o curso de Produção Cultural debate ambientalismo. Pouco ou quase não questionamos os impactos socioambientais de nossos projetos e instituições culturais. Arriscaria dizer que, se o fazemos, é mais por uma obrigatoriedade no preenchimento e execução das leis de incentivo à cultura do que de fato uma consciência coletiva e ecológica. É urgente entender que produtores culturais são responsáveis também pela dimensão (in)sustentável da cultura, pela elaboração de medidas conscientes para além do uso de materiais recicláveis, coleta de lixo seletiva ou opções vegetarianas em eventos culturais - por exemplo.

A Produção Cultural, como campo híbrido de pesquisa e prática e naturalmente crítico e questionador, não pode se furtar a debater sempre o meio ambiente e a ecologia. Dada a atual conjuntura sociopolítica e econômica do país, onde medidas pouco democráticas são tomadas em desfavor do meio ambiente; e onde o agronegócio e a exploração do trabalhador rural é a grande aposta salvacionista para a situação econômica da pátria, submetida a um modelo econômico insustentável e em crise, é chegada a hora de trazer o ambientalismo para o centro da produção de cultura do Brasil. Em se tratando de um curso de graduação em uma Universidade Federal, este tema se faz ainda mais relevante e urgente.

Imersa nestas indagações, viajei para a Chapada dos Veadeiros - Goiás, buscando respostas que inicialmente me pareciam tão vagas quanto as próprias reflexões supra mencionadas. Após dois meses de pesquisa em campo (Abril e Maio de 2019), retornei ao Rio de Janeiro e elaborei esta monografia buscando aplicar os conhecimentos práticos que adquiri à realidade do campo de nossa profissão, sugerindo uma nova forma de organização potencialmente favorável para aos atores envolvidos na área da produção de cultura.

Assim, minha monografia se apresenta, simultaneamente, como (1) um relato pessoal da experiência imersiva que vivi e (2) uma nova visão sobre a dinâmica de organização do campo da produção de cultura, bem como do próprio conceito que atribuímos à cultura em si, durante o curso.

Em relação a metodologia utilizada nesta pesquisa, compreendi a necessidade de aportar em campo desarmada de conceitos pré-estabelecidos, prontos para serem aplicados e postos a prova. Em se tratando de uma realidade distante da minha própria, tanto na dimensão espaço-físico (campo *versus* cidade; Goiás *versus* Rio de Janeiro), quanto na dimensão socioeconômica, política e laboral, entendi que em muito pouco eu me beneficiaria se criasse de antemão dezenas de expectativas norteadoras da minha pesquisa e, principalmente, do meu olhar investigativo.

Inicialmente, levei comigo apenas o desejo profundo de compreender como se estrutura um projeto social inovador como a Florestinha do Vale Verde<sup>3</sup> e a inquietude em aproximar temáticas ambientais do debate acadêmico sobre a cultura. Assim, optei por desenvolver este trabalho da seguinte forma: me lancei a campo, aprendi (muito) observando e interagindo com o meu objeto de estudo para, então, retornar ao ambiente acadêmico e reunir a subjetividade e observações que produzi na prática nesta monografia.

Portanto, minha pesquisa se deu em duas fases: primeiro catarse e depois síntese.

Já no meu retorno ao Rio de Janeiro, em Junho de 2019, me deparei com a necessidade de descrever minha metodologia e cheguei, através de uma conversa com meu professor orientador, ao conceito da pesquisa-intervenção (PASSOS, KASTRUP, BARROS, 2015).

Muito explorada no campo da psicologia, principalmente, o termo pesquisa-intervenção se refere justamente à forma de investigar um campo reconhecendo-se enquanto parte atuante e integrante deste. Neste caso, a pesquisadora (ou pesquisador) não se esforça em delimitar seu olhar investigativo pré-estabelecendo este ou aquele conceito teórico. Ela assume o caráter mutável e complexo do objeto-campo, se inserindo de forma participativa ao invés de se colocar “à distância” (metaforicamente falando) enquanto observadora.

As vivências e trocas estabelecidas entre processos, objeto, interlocutores e investigadora (ou investigador) - durante o trabalho em campo - se tornam, então, o norte dos conceitos teóricos e subjetividade a serem desenvolvidas posteriormente. Foi exatamente assim que desenvolvi esta monografia; compreendi que eu, enquanto

---

3 A Florestinha do Vale Verde é o projeto socioambiental que me acolheu na Chapada dos Veadeiros durante os meses de Abril e Maio de 2019, para a produção desta monografia. O projeto é uma iniciativa de produção de alimentos orgânicos através do método de plantio em Agrofloresta, que visa não só otimizar a produção agrícola, gerando abundância o ano inteiro, como recuperar e potencializar solos degradados. O projeto da Florestinha transforma tanto o ecossistema em acelerado processo de devastação do Cerrado, reflorestando a região, quanto a própria comunidade de Alto Paraíso, que passou a reconhecer o valor de alimentos agroflorestais produzidos em escala familiar. Uma descrição mais elaborada do projeto da Florestinha do Vale Verde é feita no Capítulo 1.

universitária e moradora de um grande centro urbano, desconhecia por completo o objeto de pesquisa que me chamava atenção: um estilo de vida alternativo ao meu e as relações interpessoais estabelecidas através dele. Após dois meses imersivos e absolutamente enriquecedores - tanto intelectual quanto espiritualmente - sintetizo, na medida do possível, minhas observações de campo neste trabalho. Aliado à elas está o extenso debate sobre o *Common* (“comum”) - em especial no que tange à preservação de bens naturais. Por fim, é neste contexto que revisito a ideia de Produção Cultural e de cultura construída ao longo da graduação.

Na pesquisa-intervenção ocorre, de certa forma, uma inversão de procedimentos tradicionais ao método da pesquisa de campo. Ao invés de atuar em função de metas investigativas determinadas de antemão, a pesquisadora (ou pesquisador) passa a traçar tais metas durante o próprio percurso investigativo, em campo. Ocorre então uma reversão de *metá-hódos* (reflexão/verdade-caminho/direção) para um *hódos-metá* (caminho/direção-reflexão/verdade) (PASSOS e BARROS, 2015). De fato, deixei-me nortear pelo próprio campo investigativo, participando ativamente deste, para então refletir sobre o que me ocorreu e traduzir a experiência enquanto produção acadêmica.

Para além de construir a teoria durante a prática, na pesquisa-intervenção descarta-se a necessidade de estabelecer fronteiras no objeto pesquisado. Neste caso, na Florestinha do Vale Verde, deixei explícito a todo momento que estava disposta a aprender e vivenciar a realidade local, mas que fundamentalmente a razão da minha presença era investigar o recorte específico das interações estabelecidas entre a equipe e sua rotina na agrofloresta.

Portanto, assumo o campo como objeto de investigação e intervenção, mutuamente. Desta forma, a metodologia utilizada nesta pesquisa foi conscientemente participativa. Minhas análises foram totalmente influenciadas pela minha realidade individual dentro daquele universo. Apesar de sabida a minha intenção investigadora por todos os membros da equipe da Florestinha, estive mergulhada na experiência coletiva onde tudo e todos eram possíveis objetos ao meu olhar. Gradativamente, o distanciamento inicial entre pesquisadora e objeto foi se tornando difuso e pouco relevante.

Finalmente, quanto às minhas expectativas pessoais, acredito sinceramente que este trabalho tem grande potencial de contribuição para o aprimoramento na formação de futuros colegas produtores culturais. Como defende Ernst Gotsch, grande expoente do movimento agroflorestal, somos seres movidos pelo amor incondicional e prazer interno. Não se pode ser genuinamente feliz atuando de qualquer outra forma. É através desta lógica que consegui enxergar esta profissão de forma leve, e hoje me sinto realizada e

decidida a atuar sempre em favor da coletividade, produzindo e mediando atores culturais, e não necessariamente nos grandes centros urbanos.

Entre tantos fatores outros, o contato com a terra fértil, com a fauna do cerrado e as culturas distintas que tive o privilégio de experimentar em dois meses de campo me fizeram compreender de forma muito mais ampla onde e como posso colaborar para o grande grupo social que formamos em múltiplas escalas, enquanto coletivo cultural que somos.

Existe espaço para nós, produtores culturais, em lógicas alternativas à que conhecemos nas metrópoles e megalópoles. Reconheço e admiro quem pretende atuar nestes contextos; mas também enxergo muitas mulheres e homens, jovens, que assim como eu se sentem fadados a viver sob determinadas circunstâncias simplesmente pelo apelo industrial que o mercado da cultura faz atualmente.

Viajei para o interior do Brasil suspeitando que o papel de uma produtora (ou produtor) cultural pode ser muito mais maleável do que o que me apresentou a vida acadêmica. Possuo hoje a oportunidade de aliar meu bem-estar físico e mental e meu amor pelo meio ambiente à profissão de produtora cultural. Imagino o quão desconexos estes fatores podem parecer para muitos colegas e futuros colegas de carreira; por isso também me proponho a escrever esta monografia e propagar o olhar amoroso e respeitoso que aprendi a ter comigo mesma após vivenciar uma realidade tão distante da minha.

É minha intenção maior aplicar nesta monografia toda a felicidade que experimentei enquanto pesquisadora. Escrevo meu trabalho com imenso prazer e anseio por compartilhar minha vivência, colaborar com o enriquecimento de debates no curso e apontar novas possibilidades de atuação de produtores culturais, em especial àqueles que também se formarão no futuro próximo.

No primeiro capítulo deste trabalho, descrevo minha experiência no Sítio Florestinha, chamando a atenção para as relações de trabalho em rede da equipe e atravessadas pela interação direta com o Meio Ambiente. Além disso, relato reflexões pessoais feitas após um curso sobre Agricultura Sintrópica feito durante a pesquisa de campo. É neste capítulo que trago debates próprios da ecologia, analisando minha vivência à luz de autores como Murray Bookchin, Antonio Carlos Diegues, Henry David Thoreau e Ernst Gotsch. Conceitos-chave como os Movimentos Preservacionista, Conservacionista, Ecologia Social e Agrofloresta serão abordados neste primeiro momento para contextualizar meu relato de campo.

No segundo capítulo, após sintetizar minha experiência no Sítio Florestinha, elejo um fator-chave que relaciona o estilo de vida que experimentei por lá com o campo da Produção Cultural: a gestão de bens comuns (neste caso, os recursos naturais). Para transitar por estes dois núcleos, Florestinha do Vale Verde e Produção Cultural, trago uma bagagem teórica que conversa brilhantemente com ambos, a discussão do *Common* (“comum”) presente no trabalho de pensadores como Ostrom (2011); Negri (2014); Hardin (2018).

No terceiro capítulo, volto meu olhar agora mais instrumentalizado para o campo da Produção Cultural. Aplico a ideia de redes distribuídas explorado anteriormente em campo e o debate do “comum” na própria definição de cultura, levantando questões que julgo pertinentes para a minha conclusão neste curso.

Por fim, concluo esta monografia sugerindo a incorporação do debate acerca do *Common* (“comum”) e da preservação ambiental de forma mais incisiva ao grande leque de discussões já existente dentro do curso de Produção Cultural - UFF Niterói.

## **CAPÍTULO 1: Florestinha do Vale Verde**

### **1.1 Breve Relato de Campo**

Conheci o projeto da Florestinha do Vale Verde em dezembro de 2018, quando trabalhei de voluntária no IBC (Instituto Biorregional do Cerrado), também situado na Chapada dos Veadeiros. Na ocasião, Dax, o idealizador da Florestinha, foi ao IBC falar sobre manejo agroflorestal e agricultura sintrópica - dois termos, até então, ignorados por mim.

Após esse primeiro contato, busquei entender melhor a proposta de “mudança de atitude” através da prática da agricultura inserida na lógica da floresta: o conceito básico da Agrofloresta (a ser desenvolvido adiante).

Cativada não só pela exuberância inigualável da Chapada, mas também pela ousadia do projeto da Florestinha - mesmo com o pouco contato que tive - retornei ao Rio de Janeiro já orquestrando a próxima visita. Foi assim que me dei conta, no início de 2019, da possível e necessária aproximação entre duas grandes áreas de interesse que possuo: a ecologia e a produção cultural.

Por definição, ecologia é a ciência que estuda as relações dos seres vivos entre si e/ou com o meio orgânico ou inorgânico no qual vivem. Sem que se faça necessário qualquer desdobramento nesta análise, pode-se considerar que a ecologia se aproxima da dimensão antropológica e analítica da produção cultural. Ambas as áreas se voltam aos estudos de seres vivos.

Enquanto uma os analisa sob a ótica de relações intra/inter específicas, além dos meios em que circulam; a outra se propõe a compreender e mediar, entre outros fatores, as interações de seres humanos uns com os outros e também com os meios materiais ou imateriais existentes, através dos estudos culturais. Existem, portanto, pontos de convergência e possíveis interações a se explorar na interseção destas duas áreas.

Em Abril de 2019, após constatar uma latente necessidade pessoal em me refugiar do Rio de Janeiro, retornei a Chapada dos Veadeiros para atuar como voluntária e aprendiz na Florestinha do Vale Verde.

O projeto desenvolvido por lá é uma proposta de recuperação do solo da Chapada, através de adubação natural e plantação de agrofloresta, agregada à possibilidade de uma

vida em comunidade, ressignificação de relações interpessoais no trabalho e valorização do trabalhador rural. A Florestinha do Vale Verde propõe um sistema de abundância a ser gerado simultaneamente na floresta em crescimento e na gestão da equipe envolvida em seu manejo.

A minha chegada ao Vale Verde, região rural pertencente à cidade de Alto Paraíso de Goiás - capital da Chapada dos Veadeiros, aconteceu no dia 2 de Abril. Também nesta data, ocorreu no projeto um importante momento de “virada”: naquele mesmo dia, a Florestinha havia feito sua primeira grande venda de hortaliças ao maior supermercado de Alto Paraíso. Até então, a Florestinha só fornecia seus produtos para alguns restaurantes e vendas menores; e o Supermercado em questão só comprava hortaliças do CEASA local. No dia 2 de Abril, entretanto, as primeiras 200 alfaces agroflorestais “sem uma gota de veneno” - como Dax costuma dizer - foram vendidas ao grande mercado da cidade.

Com esta conquista o clima no sítio e entre a equipe era de muito otimismo e, no dia seguinte, meu primeiro dia de colheita - que começou pontualmente às 4 horas da manhã - participei da primeira reunião para tratar desta “nova fase” do projeto.

A equipe da Florestinha pareceu para mim tão peculiar quanto o projeto em si. Além de Dax e Michy - o casal proprietário do terreno e desenvolvedores do projeto, vindos de Brasília em 2017 - havia mais cinco outras pessoas envolvidas até então: Alana e Osch - dois moradores locais, ela brasileira vinda do sul e ele alemão; Harrison - um jovem de 18 anos filho do caseiro da propriedade vizinha; e Nildo e Darlei - dois rapazes da comunidade Kalunga que ficavam no sítio durante a semana e trabalhavam na abertura de novos canteiros para o plantio.

Desta forma, a Florestinha contava com sete pessoas quando cheguei. Havia algumas variações, como a minha própria presença que facilitou a dinâmica das colheitas e plantio e a participação esporádica de Dominique, o filho pré-adolescente de Dax que estava passando por um “*detox*” forçado de seu videogame e, assim, trabalhava conosco nas colheitas algumas vezes por semana. Esta conjuntura inicial se alterou significativamente ao longo dos meus dois meses de estadia. O número de rapazes Kalunga aumentou de 2 para 5 e Harrison, em um determinado momento e por motivações principalmente pessoais, se afastou do projeto. Outros voluntários se somaram à equipe já nos últimos dias da minha vivência, portanto, apesar de ter interagido com eles, considero que fui a única integrante voluntária da equipe da Florestinha durante Abril e Maio de 2019.



Imagem 1 - Equipe da Florestinha (da esquerda para a direita): Eu, Osch, Darlei, Alana, Priscila\*, Nildo, Dax, Alan\* e Michy.) \*Priscila e Alan chegaram à equipe na minha última semana de pesquisa, quando esta foto foi tirada.



Fonte: MATTOS (2019)

Retomando a reunião do dia 3, comecei a entender no discurso e na performance de Dax o que estava por trás da proposta de um manejo agroflorestal em rede: As pautas da reunião eram evocadas por todos os presentes, não só pelo Dax - que convocou os membros da equipe para aquela conversa. A questão financeira de lucro e rentabilidade do projeto foi abordada de maneira completamente natural - o que era novo para mim -, pois todos tinham igual acesso às informações do caixa, do pagamento e da precificação de produtos - inclusive eu, recém chegada.

As distintas relações de trabalho firmadas entre os membros da equipe e a Florestinha também eram de conhecimento geral: Dax, Mich, Alana e Osch investiam no projeto e ganhavam de acordo com os lucros mensais; Harrison recebia por meias diárias (pois cursava o ensino médio e só podia trabalhar durante as manhãs, antes das aulas); e Darlei e Nildo por diárias completas além de refeição e estadia na Cabana, a casinha anexa ao sítio, onde eu também ficava.

É importante ressaltar que nesta fase o projeto ainda não possuía um CNPJ ou orientações para regularizar os integrantes da equipe. Todavia, em menos de um mês, talvez por conta justamente da grande venda do dia 2, assisti a Florestinha decolar. Durante minha vivência acompanhei a transformação da Florestinha em uma empresa formal, devidamente regularizada e que passou a contratar via carteira assinada todos os membros de sua equipe.

Ainda assim, apesar da categorização hierárquica “patrão” e “empregados” que se consolidou nesta etapa, foi mantida a relação descentralizada no dia-a-dia do sítio, baseada em muito respeito e diálogo, e a rede de distribuição igualitária da renda do projeto entre todos os colaboradores. A transparência de dados da empresa - essencial na visão de Dax para o desenvolvimento de uma rede distribuída - não só foi mantida como aprimorada. Em meados de maio, foi desenvolvido um sistema virtual que possibilitou o acesso de todos a múltiplas informações sobre o andamento do projeto tais como lucro diário com vendas, pedidos recebidos de clientes, plantios realizados, etc.

A reunião do dia 3 foi o meu primeiro contato direto com a proposta de horizontalidade e transparência da Florestinha para com todos os seus atores sociais. Perceber como se dão as relações de trabalho num modelo que não é nem a simples troca de mão-de-obra por salário e nem a informalidade exploradora com a qual, infelizmente, produtores culturais estão familiarizados, foi meu primeiro grande aprendizado de campo.

Com o passar dos dias, pude perceber melhor o crescimento acelerado pelo qual a Florestinha estava passando. Os pedidos diários que a loja virtual - inaugurada quatro meses antes - recebia, cresciam e por vezes os produtos disponíveis nos canteiros da agrofloresta não eram suficientes. Isso porque havia muito pioneirismo no projeto, muito a ser mapeado quanto a quantidades de mudas a se plantar e oferecer, bem como o tempo de maturação de cada planta naquele sistema específico. A Florestinha, além do caráter empreendedor de negócio, se mostrou também um grande laboratório agrícola e ambiental.

Em relação ao Sistema Agroflorestal (SAF) em si, a Florestinha do Vale Verde correspondia (em Abril e Maio de 2019) à uma Agrofloresta do tipo Placenta 1 (REBELLO e GOTSCH, 2018). Como a própria nomenclatura sugere, o projeto estava em fase inicial e não dispunha, ainda, de um solo suficientemente enriquecido para adubar grandes consórcios (plantas mais “exigentes”). Assim, plantávamos e colhíamos basicamente hortaliças. Ao passo que o ciclo destas se esgotava, nosso solo se preparava para outras espécies, evoluindo o sistema da floresta por inteiro.

Abaixo, um exemplo de consórcio praticado durante minha vivência na Florestinha (imagem 2), um canteiro de hortaliças em desenvolvimento (imagem 3) e o Sistema de Acumulação e Abundância desenvolvido por Gotsch e Rebello (imagem 4).

Imagem 2 - esquema ilustrado de um canteiro plantado por mim na Florestinha do Vale Verde.



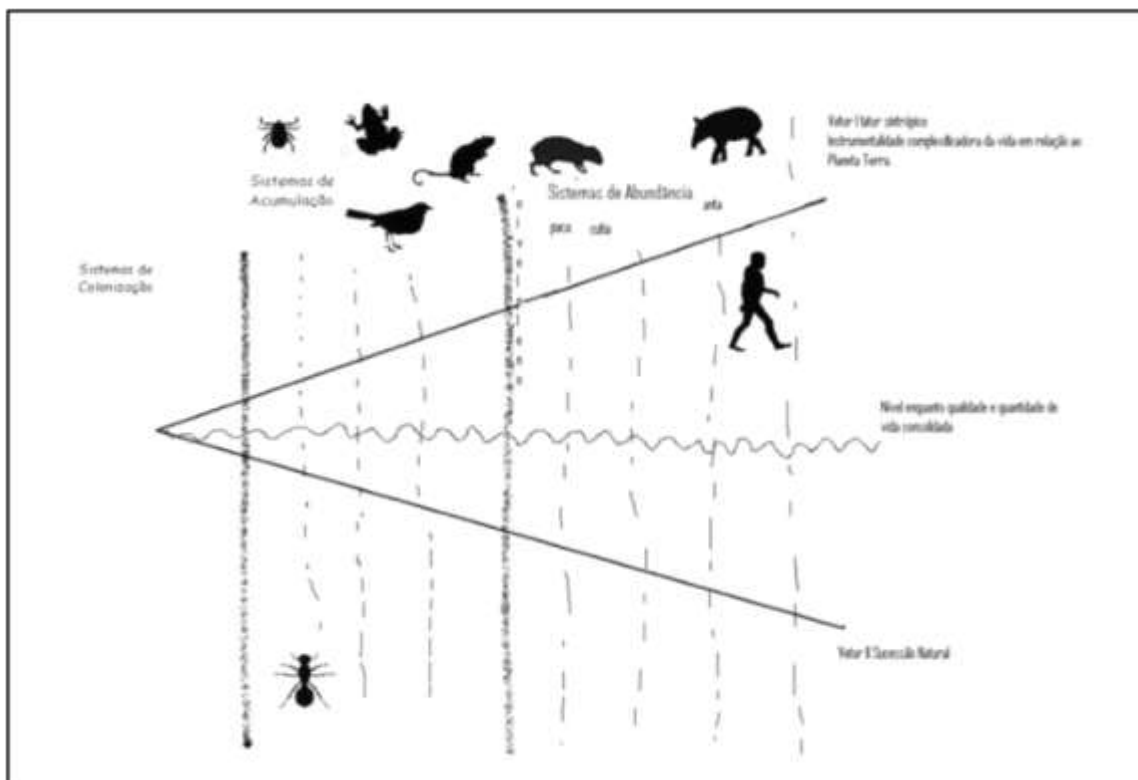
Fonte: MATTOS (2019)

Imagem 3 - Canteiro de Hortaliças com a chuva ao fundo.



Fonte: MATTOS (2019)

Imagem 4 - Sistema de Acumulação e Abundância da Agrofloresta desenvolvido por Ernst Gotsch e apresentado durante o curso presencial em Abril de 2019.



Fonte: Princípios da Agricultura Sintrópica - CEPEAS ORG.

Com o tempo, pude ir adensando minha percepção sobre as relações interpessoais existentes e até mesmo como cada membro da equipe lidava com as plantas e o SAF. Percebi que Alana e Osch, por exemplo, compreendiam e compartilhavam da visão mais ampla proposta por Dax e Michy. Para eles, a Florestinha ia muito além de um modelo de negócio agrícola e contestador, ela também era um projeto de reflorestamento do Vale Verde, manejo consciente do cerrado e oferecimento de alimentos livres de veneno para a comunidade local, por exemplo.

Além disso, entendi que para Harrison trabalhar na Florestinha simbolizava basicamente uma oportunidade de acumular recursos financeiros. Com a nossa convivência, pude vê-lo comprar um carro e um celular novos em dois meses. Sem que este relato se revele um juízo de valor da minha parte, acredito ser relevante tal observação por apontar como um projeto anticonsumista em essência (ou, ao menos, que busca chamar atenção para o consumo consciente) pode ser abraçado, da forma como é, por indivíduos como Harrison: alguém que demonstrou estar bastante atravessado pela lógica do padrão

de consumo enquanto prática social fornecida a todos nós pelo sistema capitalista contemporâneo.

O fenômeno das diferenças comportamentais em um mesmo ambiente espacial se explica pela trajetória social única e específica de cada integrante da equipe da Florestinha. Seguindo esta análise, entre os rapazes Kalungas e Dax, e apesar dos esforços comuns em diluir papéis pré-estabelecidos, observei certa cordialidade comum às organizações de trabalho hierárquicas. Kalunga é o nome da maior comunidade quilombola do país, situada justamente na Chapada dos Veadeiros. Muito do potencial de vivência e aprendizado oferecidos pela região se dá graças a interação direta com o povo Kalunga. Apesar da mistura existente hoje entre moradores não-Kalungas e Kalungas, é perceptível aos olhos de quem chega em Alto Paraíso que a segregação intangível herdada de questões sociopolíticas e históricas ainda existe.

A partir deste cenário, conclui-se ser crucial considerar como peça-chave para desenvolvimento de qualquer projeto cultural a trajetória histórica de cada indivíduo envolvido no mesmo e, mais que isso, como se dão as tensões criadas a partir da vivência de cada um. Não se pode trabalhar com cultura - seja numa agrofloresta ou num aparelho institucionalizado qualquer - sem considerar a humanidade por trás do profissional ali alocado. A ferramenta de trabalho cultura exige de seus produtores envolvimento a nível pessoal, amoroso e interessado. Digo, trabalhar com arte em suas mais diversas formas exige envolvimento para além de profissionalismo ou mecanicismo. Foi através desta percepção que acessei novos níveis de compreensão sobre a importância do respeito e da humildade dentro do ambiente laboral. Voltarei a este tema no capítulo seguinte.

Prosseguindo, mesmo com pouquíssimo tempo de atuação enquanto fornecedores de hortaliças para as cidades de Alto Paraíso e São Jorge, constatou-se que a Florestinha supria uma enorme demanda reprimida em se obter produtos livres de agrotóxicos tanto em restaurantes e mercados quanto nos consumidores finais da região. Aos poucos, a cultura local de conscientização quanto à alimentação orgânica/agroflorestal e o próprio cuidado com o impacto ambiental dos hábitos alimentares foi se mostrando mais presente do que nunca.

Para Dax, as propostas da Florestinha eram bem definidas: provar ser possível viver de produção Agroflorestal em todos os aspectos (financeiro inclusive) e provar que este sistema pode e deve ser socialmente inclusivo e escoador de recursos (em oposição à lógica de concentração de lucro e renda baseada na exploração do trabalhador rural, ainda comum às operações de monocultura em grande escala no país).

Além disso, para Dax, é de extrema importância que o projeto da Florestinha do Vale Verde contagie outros projetos, tornando a Agrofloresta um movimento “viral”, exponencial, capaz de suprir as necessidades de consumo de cidades cada vez maiores, tornando alternativa possíveis à indústria do agronegócio.

Particularmente, vejo na fala de Dax ideias análogas às de Bookchin (1980) para o conceito da Ecologia Social. Bookchin alertava, já nos anos sessenta, sobre os impactos humanos no clima planetário e ele traz, através da Ecologia Social, um debate político expressivo para o campo do Meio Ambiente.

Como descreveu o sociólogo mexicano Leff (2013) em seu artigo “Ecologia Política: uma perspectiva latino-americana”, a Ecologia Social é um movimento “[...]emoldurado no pensamento anarquista, socialista libertário e ecológico, que derivou no “comunalismo” e no “municipalismo libertário”, concebido como descentralização da sociedade junto a princípios ecológicos e democráticos.”

Tal definição é de extrema relevância para este trabalho, pois expõe uma teoria que se faz presente na prática, na proposta do Sítio Florestinha (sob o meu ponto de vista). A teoria da descentralização dos poderes e tarefas na rotina da equipe de colheita, manejo, entrega, plantio e gerência da Agrofloresta dão ao projeto um caráter de contestação social e busca por alternativas na forma de se estruturar as relações entre pessoas e destas com a própria natureza.

Bookchin (1980) investiu profundamente na investigação da ecologia enquanto movimento crítico e libertador, chegando a questionar sob esse ponto de vista a dominação social através do poder concentrado (daí o apelo ao anarquismo) e o modelo socioeconômico também pautado na exploração - o capitalismo. Foi apoiada nesta corrente ideológica que enxerguei na Florestinha um caráter naturalmente político e revolucionário; ainda que Dax demonstrasse aversão à rótulos políticos todas as vezes que os mencionava durante nossas conversas.

Constantemente, Dax associava a viabilidade de agroflorestas enquanto reais sistemas de sustento coletivo à premissa de uma mudança de postura cultural e, principalmente, uma sociedade organizada em redes de circulação/distribuição de riquezas sem um provedor/controlador universal. Esta transformação se daria primeiro a nível individual-comportamental, através da reorganização de prioridades de cada um: ao invés de consumir industrializados, buscar sempre os produtores locais, por exemplo. É uma proposta radical - pois atua literalmente em práticas enraizadas e naturalizadas por nós enquanto sociedade, contestando os nossos hábitos de consumo.

Para que eu compreendesse melhor o conceito de redes distributivas, Dax me apresentou à Teoria das Estruturas sem Centro de Paul Baran<sup>4</sup> (1964). Para Baran as redes eram plataformas virtuais de circulação de dados e poderiam ser centralizadas, descentralizadas e distributivas. Enquanto as duas primeiras eram frágeis - pois dependiam de um ou mais centros específicos de comando - e vulneráveis a ataques de sistema, a última se mostrava inteligente e protegida por disseminar informações de forma distributiva entre todos os seus “nós”. Apesar de Baran utilizar sua teoria para discorrer sobre mídias digitais, Dax - que possui formação profissional na área de gerenciamento de dados - resolveu ir adiante e aplicar tais ideias na própria organização de equipe da Florestinha.

O mais curioso na minha vivência de dois meses no Sítio Florestinha, foi perceber o quão rápido me convenci de que esta transformação cultural é possível. Mergulhada em um projeto de manejo agroflorestal, experimentei a privilegiada rotina de colher meu próprio almoço, além de acompanhar como a floresta responde perfeitamente aos meus esforços investidos de colheita e manejo. Acordar às 4 da manhã, de segunda a sábado, e trabalhar durante muitas horas por dia, manejando os canteiros, refletiram em pouco tempo em um sistema de crescente abundância.

Conhecer os meios de produção de minha própria comida me fez valorizar de forma muito mais honesta o trabalhador rural e o processo cíclico das plantas que fornecem meu alimento. Para além disso, o contato direto com os consumidores da Florestinha me fez enxergar a possibilidade real em um “contágio cultural” através do qual uma rede de pessoas se unem em prol de um empreendimento como a nossa agrofloresta. Em dois meses, vi a agrofloresta tomar proporções que pareciam muito distantes no início. Toda esta jornada de catarse me levou a crer, sinceramente, numa mudança viável em comunidade.

Em consonância com esta necessária mudança de postura cultural e coletiva, está o suíço Ernst Gotsch (1997). Atualmente, ele está buscando desenvolver máquinas para acelerar os processos de manejo agroflorestal e tornar a prática de fato uma opção alternativa de manejo para agricultores de grande porte. Assim, enquanto Dax procura empoderar novos agricultores, Gotsch (1997), por outro lado e atuando por uma “Revolução Verde capaz de regenerar o planeta”, como costuma dizer, pretende

---

<sup>4</sup> Cientista norte-americano que atuou na estruturação de redes virtuais tal como conhecemos hoje (internet). As arquiteturas de redes propostas por Baran foram defendidas por ele em um memorando intitulado “Comunicações Distribuídas”, publicado nos Estados Unidos em 1964.

conscientizar aqueles já familiarizados com práticas comprovadamente insustentáveis: os agentes de produção agrícola em monocultura/escala industrial.

## **1.2 Curso de Agricultura Sintrópica com Ernst Gotsch**

Faltando poucos dias para completar meu primeiro mês na Chapada dos Veadeiros, participei de um curso imersivo de manejo Agroflorestral ministrado pelo próprio Gotsch (1997) e oferecido pelo Centro de Pesquisa em Agricultura Sintrópica (CEPEAS). A oportunidade surgiu através de amigos que conheci em dezembro do ano anterior, durante um passeio à uma cachoeira próxima a Alto Paraíso de Goiás.

Tamanha “coincidência” e solicitude por parte destas pessoas - que me ofereceram uma bolsa e vaga extra às vésperas do início do curso, quando souberam da minha missão investigativa sobre o tema - reforçou minha teoria sobre as interações humanas serem fundamentalmente amorosas neste lugar, e muito ser feito em nome da propagação do respeito e uso consciente dos recursos planetários.

Eliminar a maneira predatória como atualmente se vive no mundo (majoritariamente falando), começando pela reflexão de nós mesmos enquanto espécie componente de um sistema inteligente (e não como a espécie inteligente controladora deste sistema) é o caminho para a regeneração planetária, segundo Gotsch (1997). Apesar de ousada e talvez até utópica, esta filosofia já possui inúmeros adeptos pelo globo e agora é introduzida, através desta monografia, ao meio da Produção Cultural.

A fim de aproximar os ensinamentos adquiridos durante os três dias de curso ao campo de análise sociocultural, proponho a seguir o cruzamento da filosofia de Gotsch (1997) (Suíça) com outros dois autores: Thoreau (1854) (Estados Unidos) e Diegues (2001) (Brasil). Os três, apesar de nacionalidades e contextos distintos (Thoreau viveu entre 1817 e 1862 nos EUA, enquanto os outros dois estão vivos e moram no Brasil - Gotsch na Bahia e Diegues em São Paulo), apresentam ideias que convergem ao analisar cultura e ambientalismo; assim como faço nesta monografia.

De forma surpreendentemente específica, esses três pensadores tratam a questão da relação humana com o meio ambiente de forma semelhante e não convencional. Isso porque eles questionam as políticas públicas criadas no esforço de preservar áreas naturais.



A agricultura é, naturalmente, uma prática resultante da relação direta que construímos entre nós, enquanto sociedade, com a natureza. Partindo desta máxima, é importante pensar sob qual lógica atuamos e a quais interesses atendemos ao “escolher” explorar ou preservar o ecossistema. Assim, Gotsch (1997) introduz sua crítica ao sistema político de preservação ambiental brasileiro.

Para o suíço, que chegou no Brasil em 1982 e desde então reside no país, nossas políticas de preservação do meio ambiente já nascem equivocadas ao tentar preservar biomas específicos como se estes ainda fossem intocados ou não degradados pelo homem, a chamada “*wilderness*”. Na realidade, segundo Gotsch (1997) não existem mais tais biomas. O planeta inteiro já está, de alguma forma, modificado direta ou indiretamente pela ação humana. Desta forma, é necessário repensar as estratégias tomadas na criação de nossas áreas de preservação ambiental: a informação e instrução comunitária visando um reflorestamento talvez sejam mais eficazes do que a segregação de falsos espaços intocados, por exemplo, em áreas de proteção ambiental.

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV), por exemplo, encontra-se atualmente sob tutela do ICMBio (Instituto Chico Mendes), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e que tem como missão preservar e salvaguardar fauna e flora do cerrado goiano. Entretanto, o cerrado original como se conhece em teoria não é o mesmo que encontramos dentro dos limites de proteção do parque. Isto porque a área que hoje corresponde ao PNCV já foi exaustivamente explorada por atividades comerciais durante anos. Este é um bom exemplo para ilustrar a crítica de Gotsch (1997) sobre as estratégias que hoje norteiam a criação de órgãos ambientais protetivos.

Pensamento similar ao do suíço é encontrado no trabalho de Diegues (2001), grande expoente do debate contemporâneo acerca da luta ambientalista e proteção de culturas tradicionais. Em seu livro - cujo título em si já antecipa seu posicionamento - “O Mito Moderno da Natureza Intocada” (DIEGUES, 2001). Diegues discorre sobre como a herança geopolítica preservacionista influenciou a criação do sistema de Parques Nacionais em países do mundo todo, em especial aqueles do chamado “terceiro mundo”, como o Brasil.

Diegues (2001) analisa uma série de fatores e correntes ideológicas que tiveram relevante papel na construção e consolidação de imaginários coletivos sobre o que é a Natureza. Entre tais fatores, destaco a noção preservacionista norte-americana de que deveria-se preservar fatias de natureza virgem *wilderness* transformando-as em Parques Nacionais. Esta estratégia teria o objetivo de tornar estes parques verdadeiros refúgios para

a vida moderna caótica nas cidades, como oásis, e poupar o meio ambiente de qualquer interação com a espécie humana - naturalmente nociva - de acordo com tais preservacionistas.

É problemático pensar que faz-se necessário excluir, literalmente, a Natureza de nossas vidas e hábitos cotidianos uma vez que partirmos do princípio de que não podemos, sob nenhuma hipótese, conviver em harmonia e sem prejudicar o meio ambiente. Além disso, associar o meio Natural à ideia de relaxamento e escape da vida usual nos torna menos conscientes de que somos, afinal, parte integrante deste mega organismo vivo. Consequentemente, esta configuração de imaginários coletivos dispensa sociedades de se informarem e se importarem com seus impactos, diretos e indiretos, no Planeta Terra.

A meu ver, quando o movimento preservacionista defende a ideia de que somos naturalmente incapazes de nos desenvolver sem afetar o meio ambiente, ele invalida por completo o conceito de desenvolvimento sustentável<sup>5</sup>. Gotsch (1997) costuma dizer que somos a única espécie neste planeta que não cumpre seu papel fundamental: manejar a terra e cooperar com o sistema da forma mais inteligente possível.

Em consonância com Gotsch (1997), Diegues (2001) questiona a noção da Natureza Intocada, apelidando este pensamento de “neomito”, uma vez que não existe para estes autores a *wilderness* defendida por outros, e acrescenta ao debate mais uma possível linha teórica sobre as relações humanas com a Natureza: o conservacionismo.

Os conservacionistas atuam sob lógica oposta ao preservacionismo. Enquanto o segundo grupo defende a segregação integral e resguardo de certas áreas naturais (como já foi falado acima, embasando a criação dos Parques Nacionais), o primeiro acredita ser possível conciliar desenvolvimento social ao respeito e conservação dos insumos naturais e do planeta em si. Para eles, a integração Sociedade + Natureza é algo possível e até mesmo necessário.

É intrigante e extremamente satisfatório para mim perceber que não concordo por completo com nenhuma das duas linhas teóricas aqui descritas. Pelo contrário. Concordo com o conservacionismo quando este defende a aproximação com o meio natural pautada no respeito amoroso aos outros seres e ao meio ambiente e concordo, simultaneamente,

---

<sup>5</sup> Particularmente, acredito ser impossível aliar *desenvolvimento* nos moldes como atualmente praticamos a economia à *sustentabilidade* ambiental e planetária. Enquanto simpatizante do Movimento Ambientalista e Produtora Cultural em formação, me vejo obrigada a evitar o termo *desenvolvimento sustentável* justamente pela apropriação simbólica deste discurso por entidades pouco (ou nada) preocupadas com o impacto humano no planeta. Apesar de constar neste trecho, não se pretende neste trabalho aliar de forma alguma a vivência relatada à noção de *desenvolvimento sustentável* que - reitero - não se sustenta.

com o preservacionismo que enxerga a Natureza sem filtros de precificação baseados nos possíveis insumos que o meio possa vir a gerar.

Em suma, a teoria conservacionista quando utilizada como ferramenta de validação para a exploração da Natureza - através do discurso do “desenvolvimento sustentável” - falha. Os preservacionistas, portanto, vêm ganhando razão ao investirem na criação de parques e reservas naturais como política de proteção ambiental que isola sociedade de biomas naturais. Ainda assim, a meu ver, nos encontramos muito longe de uma solução equilibrada.

Após minha experiência na Florestinha do Vale Verde, passei a acreditar numa interação sadia e harmônica entre a espécie humana, organizada em sociedades distribuídas com a Natureza (fauna e flora). Aliar prática agroflorestal e economia à preservação e regeneração planetária é possível através da autocrítica, da reformulação da noção de coletividade que construímos em um sistema econômico “soma zero” e, principalmente, através da atuação massiva e debate constante na esfera cultural do tema. Ao retornar da minha estadia na Chapada encontrei - em consonância com estas conclusões - o debate sobre organização e gestão do “comum”, a ser explorado no próximo capítulo.

O terceiro pensador investigado por mim durante a experiência na Florestinha é Thoreau (1854). O norte-americano escreveu “Walden” em 1854, um livro auto-biográfico que acompanha sua experiência de imersão numa vida auto-suficiente e eremita dentro de um bosque isolado, em Massachusetts, às margens de um lago que leva o mesmo nome do título da obra. A leitura deste livro foi extremamente enriquecedora para mim, uma vez que a fiz durante a pesquisa de campo.

Neste livro, Thoreau (1854) apresenta uma das primeiras e mais relevantes críticas à civilização industrial de todos os tempos e se consagra figura importantíssima no movimento ambientalista. Além da filosofia e musicalidade com a qual descreve sua experiência e percepções, me chamou a atenção o fato das problemáticas do entendimento coletivo de Natureza e efeitos nocivos de práticas industriais para o meio ambiente já se mostrarem presentes na visão crítica do autor em 1854.

O que Thoreau (1854) e sua obra contribuem para esta monografia é, principalmente, a desconstrução de uma ideia sobre a crise ambiental e econômica que hoje toma dimensões planetárias ser uma questão recente. Na realidade, estes sintomas agora avançados se desenvolvem há muito tempo, e estão intimamente ligados ao estilo de vida consumista proposto para nós pelo modelo econômico majoritariamente vigente no planeta, o capitalismo.

A obra *Walden* aponta, portanto, que o processo de industrialização da vida como um todo acabou por provocar um afastamento entre sociedade e natureza o que, por sua vez, contribuiu para um avanço despreocupado na exploração de recursos naturais durante muitos anos. Embasada nesta lógica, compreendo a Florestinha do Vale Verde e muitos outros projetos agroflorestais como tentativas corajosas em recuperar o contato e respeito com a Natureza; propondo uma nova forma de usufruto de seus recursos finitos.

Enfim, cruzando estes três autores e suas relevantes contribuições para o Movimento Ambientalista de um modo geral, pode-se concluir que a proposta política de preservação de certas áreas naturais (principalmente àquelas esteticamente apelativas) é controversa.

Sob o meu ponto de vista - pautado principalmente na imersão cultural vivida na Chapada dos Veadeiros - não basta instaurarmos os Parques Nacionais. Na verdade, como sigo defendendo nesta monografia, a única e principal estratégia eficaz para preservação do meio ambiente é a mudança estrutural do entendimento coletivo de Natureza e até mesmo de humanidade. Se a mudança, portanto, parte de hábitos e práticas culturais, porque a produção cultural ainda não compõe este debate?

Digo, e agora amparada por Gotsch (1997), Diegues (2001) e Thoreau (1854), que a mudança de atitude coletiva só se dará por uma reformulação na estrutura social, na cultura. Por isso, a Produção Cultural, enquanto núcleo de saberes e criatividade diverso e inesgotável, pode e deve buscar soluções e formas de organização favoráveis à mudança de atitude necessária e urgente.

Fotografia 5- Foto de encerramento do curso de Agricultura Sintrópica com Ernst Gotsch e Fernando Rebello, realizado em Maio de 2019 no CEBB - Centro de Estudos Budistas Bodisatva, em Alto Paraíso de Goiás, Chapada dos Veadeiros, Brasil.



Fonte: MATTOS (2019)

## **CAPÍTULO 2: A Organização em Comunidade a Partir do Debate Sobre o “comum”**

Após retornar da minha experiência imersiva na Florestinha, iniciando então minha fase de síntese, entrei em contato e me vi fortemente amparada pelos debates e definições acerca do *Common* (“comum”). A título de definição para esta monografia, retomo a nota feita na introdução do trabalho: não existe um consenso a respeito da tradução do termo original para o português, também são poucos os esforços recentes em se traduzir a discussão mundial sobre o tema no Brasil, por isso utilizo neste trabalho a tradução livre da palavra, compreendendo que esta não dá conta do conceito geral. Para *Commons*, portanto, utilizarei “comum”.

Em seu livro “Bem-Estar Comum” Hardt (2016) e Negri (2016) definem o “comum” da seguinte maneira:

A riqueza comum do mundo material – o ar, a água, os frutos da terra e todas as dádivas da natureza” mais “os resultados da produção social que são necessários para a interação social e para mais produção, como os conhecimentos, as imagens, os códigos, a informação, os afetos e assim por diante. (NEGRI e HARDT, 2016)

Para além deles, Vieira (2014) defende o seguinte em sua tese de Doutorado:

[...] um comum não é apenas um conjunto de recursos, de coisas; é também um produto social, uma prática. Dito de outra forma, não é só a coisa compartilhada, mas também o seu compartilhamento por uma comunidade; ou, nas palavras de Massimo De Angelis, “there is no commons without commoning” (2006): um comum é simultaneamente um “substantivo” (o conjunto de bens compartilhados) e um “verbo” (a ação de compartilhar; o commoning, o “fazer comum”). (VIEIRA, 2014)

De acordo com estes autores, o conceito de “comum” encontra eco no próprio conceito de cultura, amplamente debatido sob distintas óticas. Não só esta é uma boa razão para se introduzir o tema no curso que forma produtores-mediadores culturais, como também é uma interessante abordagem acerca de debates correlatos e fundamentais nos dias de hoje: a noção que nos é proposta (ou imposta) de coletividade, por exemplo.

Neste capítulo, navegando pelos debates mais recentes acerca do “comum”, analiso o projeto do Sítio Florestinha enquanto exemplo prático daquilo que conceituam alguns

autores da área, pensando em gestão de recursos naturais de forma coletiva e horizontal. O próprio debate do “comum” aborda tanto a gestão de bens e recursos naturais quanto os processos e interações gerados a partir destes, como a própria produção e mediação de cultura em si. Logo, é através desta linha teórica que faço a ponte entre minha experiência em campo e o meio da Produção Cultural.

A discussão e literaturas atuais sobre o conceito do “comum” surgem a partir uma nova (ou eterna) necessidade em se questionar a organização social e estrutura econômica. Economia, neste caso, representando o sentido original de seus radicais: *eco* = casa/habitat; *nomia* = regras/normas. Enxergo plenamente contextualizado com este cenário de crítica ao modelo socioeconômico o projeto da Florestinha, que busca, afinal, “por ordem na [grande] casa”.

Sabe-se perfeitamente como, sobretudo em um país como o Brasil, funções, mais que conceitos, de poder e de raça se uniram profundamente para criar diferenças sociais que hoje se transformaram em hereditárias, pesadas, difíceis de superar e que supõem elementos que negam a democracia e a própria possibilidade da utopia. É contra estas coisas que existe este terreno teórico de interpretação [O COMUM] e a cada terreno teórico de interpretação deve acompanhar uma capacidade de prática e de ação. (NEGRI, 2005)

A partir desta fala de Antonio Negri (2005), retirada de uma palestra dada pelo autor em 2005 para o 2º Seminário Internacional Capitalismo Cognitivo realizado no Rio de Janeiro - cuja gravação está disponível no Youtube a transcrição e tradução foi obtida por mim através do blog do professor Fábio Malini (UFES), o projeto da Florestinha passa a assumir um caráter estritamente contestador e sociopolítico para este trabalho. Mais do que isso, as relações interpessoais e a rede distribuída que Dax defende como a única forma de viabilizar o projeto se tornam então o exemplo prático do que interpretei como sendo a proposta de organização e gestão de bens por trás do debate do “comum”.

Durante minha pesquisa de campo, mapeei os abismos culturais que separavam Dax dos Kalunga como um fator de interferência direta na noção dos rapazes em pertencer ao projeto e possuí-lo tanto quanto todos os outros membros da equipe. Entendi o quão exaustivo deveria ser o trabalho de desconstrução de alguns papéis e estereótipos consolidados no inconsciente de todos nós para então se construir uma relação de fato descentralizada. A questão racial, por exemplo, era como uma raiz extremamente forte e antiga: para se arrancar, precisava ser ceifada aos poucos, todos os dias. Ela reduzia e

enfraquecia com os diálogos e o constante exercício de respeito, mas sempre estava presente.

A partir da fala de Negri (2005), o esforço necessário em desconstruir afastamentos herdados entre Dax e os Kalunga - praticado por ambos os lados, respeitadas as limitações individuais - faz parte do processo gradual e complexo em se praticar a gestão de bens proposta pelo “comum”.

Importante ressaltar que esta é a minha interpretação pós-campo, meu olhar amparado por literaturas e debates acadêmicos. Não relato aqui o que pensam os facilitadores da Florestinha, Michy e Dax, desconheço inclusive a posição e opinião deles sobre o próprio conceito de “comum”. Pretendo retornar à Florestinha agora munida destes conceitos para compartilhá-los e debatê-los com a equipe que constituí.

A partir daqui, concentro minha atenção em um tema-chave extraídos da minha pesquisa de campo, contemplado no debate do “comum” e interessante ao campo da Produção Cultural. Disserto, então, sobre a gestão de bens/recursos naturais que se revela, afinal, uma autêntica forma de se produzir cultura.

## 2.1 A Gestão de Recursos Naturais a Partir do “comum”

Para me aprofundar neste tema, investigo Ostrom e sua extensa e reconhecida contribuição para o debate do “comum” inserido na problemática da autogestão coletiva de bens naturais. Infelizmente, não é simples encontrar os trabalhos da autora norte-americana traduzidos para o português. Ainda assim, me parece incabível debater meio ambiente e gestão de recursos comuns sem fazê-lo apresentando suas ideias que a renderam, em 2009, o Prêmio Nobel em Ciências Econômicas. Busquei, por fim, citações suas em outros trabalhos.

Ostrom não nega que o ser humano está constantemente sujeito à ação racional e, por isso, é egoísta. Ainda assim, ela enxerga homens e mulheres como “criaturas adaptativas que tentam prosperar” (POTEETE, OSTROM, JANSSEN. 2011). Desta forma, mesmo considerando o caráter individualista<sup>6</sup> que humanos podem (e muitas vezes são

---

<sup>6</sup> Individualismo aqui é usado na lógica do capitalismo industrial que transforma grupos sociais em “massas”, segundo Antonio Negri. O autor utiliza como contraponto a esse individualismo, a ideia de singularidade

condicionados a) assumir, ela defende uma possível superação egóica em prol da coletividade. Para isso, como apontam Silveira e Malvazona em “O conceito do comum: apontamentos introdutórios” (2018), Ostrom conceitua como essencial o desenvolvimento da confiança.

A obra de Ostrom investiga com rigor científico e amplitude teórica nossa capacidade de cooperar e construir instituições e sistemas de gestão duradouros para a preservação dos comuns. [...] No centro dessa elaboração, está o conceito de confiança, sem o qual nenhuma ação coletiva será bem-sucedida. (SILVEIRA, SALVAZONI, 2018)

Sob este ponto de vista já é possível traçar paralelos entre a teoria de autogestão coletiva de recursos comuns da autora norte-americana e o projeto da Florestinha do Vale Verde. De forma objetiva, o que se propõe na Florestinha é o uso e a manutenção conscientes dos recursos naturais do cerrado a partir da plantação de uma agrofloresta, feitos através de uma rede de pessoas conectadas de forma descentralizada (ou em transição para isso). Assim, exatamente como descrevi no capítulo anterior, é vital para o êxito do projeto da Florestinha a resiliência e respeito entre os membros da equipe. Indo de encontro à teoria de Ostrom, sem a confiança o projeto da Florestinha do Vale Verde se torna inviável.

Ainda sobre o trecho acima transcrito, enxergo a Florestinha do Vale Verde como justamente um “sistema de gestão duradouro para a preservação dos comuns”. Para além deste projeto específico, a própria noção de agrofloresta converge com a fala de Silveira e Salvazoni, bem como com as ideias defendidas por Ostrom. Isso porque a agrofloresta propõe mais do que uma agricultura não exploratória, ela propõe a criação de verdadeiras florestas. Retomando rapidamente os estudos de Gotsch e Rebello, um SAF em estágio avançado (sistema de abundância) possui fauna e flora complexos, fazendo com que o ecossistema ali desenvolvido seja preservado a longo prazo (imagem 4).

Enfim, a Florestinha e a agrofloresta são tentativas de lidar com a Natureza de maneira mais responsável, buscando atingir a sustentabilidade da vida humana no planeta. As noções de coletividade e preservação de recursos a longo prazo estão muito presentes tanto na rotina da Florestinha como no trabalho de Ostrom.

---

Presente em indivíduos componentes de uma multidão, conceito que supera a “massa”, tornando-se uma conjunto de riquezas e elementos de questionamentos da vida. (NEGRI, 2014).



Seguindo adiante na investigação do tema, é possível encontrar outras aproximações entre minha vivência prática e a linha teórica que defende a autora. A própria noção de centralização do poder é criticada por ela e se faz presente na essência da Florestinha, através do discurso de Dax e Mitchy, seus facilitadores.

Em um artigo publicado na *Ambiente & Sociedade*, em 2015, Capelari; Calmon e Araújo (2015) escrevem:

“Para Elinor Ostrom, governança diz respeito à auto-organização de comunidades a qual, até certa medida, dispensa, mas não exclui, as intervenções dos atores de mercado e do Estado. Nesse sentido, a governança, na visão da Escola de Indiana, é entendida como a capacidade que as comunidades têm se organizarem, em diferentes locais e momentos, com o objetivo de gerir um bem comum por meio de condições que o torne mais efetivo, eficiente e estável - evitando, assim, a escassez desse bem, ou seja, assegurando a sustentabilidade (McGINNINS, 2011).” (CAPELARI; CALMON; ARAÚJO, 2015).

A ideia de uma rede distribuída como forma de organização da equipe da agrofloresta vai de encontro, no meu ponto de vista, à autogestão comunitária defendida por Elinor Ostrom. Mais do que isso, nenhum dos dois (projeto Florestinha ou Ostrom) ignoram ou rejeitam as influências externas de organizações hegemônicas - o mercado e o Estado. Pelo contrário, Ostrom reconhece a existência e relevância de tais atores sociais e Dax não só os enxerga como também dialoga constantemente com ambos.

A Florestinha depende, afinal, do retorno financeiro que a agrofloresta gera e também de uma interação minimamente amigável com setores públicos da comunidade de Alto Paraíso. Os integrantes da Florestinha acabam por praticar uma espécie de micropolítica em feiras, sindicatos, reuniões comunitárias e até encontros de agroecologia.

Dax e Michy reconhecem o caráter simultaneamente transitório e inovador de seu projeto. É necessário repensar as lógicas de trabalho e distribuição de renda bem como a gestão dos recursos naturais finitos atualmente. É necessário também questionar hábitos naturalizados por nós uma vez submetidos ao capitalismo contemporâneo. Ainda assim, é impossível atuar fora do sistema que engloba e de certa forma dita as “regras do jogo” socioeconômico. A Florestinha não ignora e nem pode ignorar práticas capitalistas ou certa regulação estatal existente no Brasil, ainda que objetive transformar algumas normativas impostas por tais agentes.

Em contraponto às ideias de Ostrom está Hardin (1968), autor do ensaio “Tragédia dos Comuns”, de 1968. Neste trabalho, cujo conteúdo ainda é amplamente debatido

utilizado em dissertações e teses pelo mundo, Hardin (1968) discorda que a organização coletiva e gestão social sob a lógica libertária do “comum” é algo possível. Ele alega que o ser humano é, naturalmente, “autointeressado” e, portanto, ganancioso.

Cada homem está preso em um sistema que o compele a aumentar seu rebanho sem limites – num mundo que é limitado. Ruína é o destino para o qual todos os homens caminham, cada um perseguindo seu próprio interesse em uma sociedade que acredita em bens comuns livres. Comuns livres trazem ruína para todos (HARDIN, 1968<sup>7</sup>).

Para Hardin (1968), a competitividade é parte indissociável do ser humano, e as opções de gestão pública possíveis restantes à ele são ou a privatização de bens ou regulação e punição rigorosas feitas pelo Estado. Desta forma, Hardin corrobora com a dicotomia existente e hegemonicamente presente nas estruturas sociais do mundo atual.

O olhar desacreditado de Hardin (1968) sobre a espécie humana é completamente compreensível se contextualizado em sistemas que se fundamentam na opressão e exploração de nós mesmos. Fatalmente, uma vez inseridos na realidade destes sistemas, nos tornamos seres individualistas e reproduzimos a todo tempo a violência (em todas as suas formas) que o próprio sistema impõe. Hardin (1968) é, sob o meu ponto de vista, um teórico realista mais do que pessimista.

Apesar de compreender sua posição, mesmo com todo o negativismo que expressa, me vejo inclinada a discordar de Hardin (1968). A minha experiência na Florestinha do Vale Verde, por mais breve que tenha sido, me convenceu ser possível buscar (ainda que de forma muito lenta) a transição e superação desta dualidade (privatização *versus* estatização) através da qual enxergamos o contexto social e nos deixamos afetar a nível individual, nos relacionamentos.

Importante ressaltar ainda que a Florestinha do Vale Verde não é vista aqui como uma espécie de “oásis” comandado por uma comunidade que ignora ou está à parte do sistema. O projeto, apesar de situado na zona rural de Goiás (e portanto naturalmente afastado da vida metropolitana que intensifica pressões sistemáticas), ainda se faz presente no contexto espaço-tempo atual: o Brasil de 2019, neoliberal, governado por um partido alinhado à ideologias políticas de direita.

---

<sup>7</sup> Tradução extraída do artigo “O conceito do comum: apontamentos introdutórios” de Sergio Amadeu da Silveira e Rodrigo Savazoni (2018).

Trago Hardin(1968) como uma oposição consistente e relevante às ideias de Ostrom e às minhas com o intuito de não monopolizar o debate acerca do “comum” que esta monografia propõe. Apesar de citá-lo, e no momento presente em que sintetizo minha pesquisa de campo neste trabalho, discordo de suas colocações sobre a impossibilidade em gerenciar bens coletivos de forma auto-organizada.

Após transitar por estes debates, extremamente contemporâneos e pertinentes, sem pretender esgotar o assunto, é possível enquadrar a atividade laboral que a Florestinha propõe à sua equipe como uma forma genuína de produção cultural. A gestão das riquezas naturais do cerrado feita no projeto agroflorestal, analisada sob a ótica do “comum” e principalmente do “fazer comum” - em tradução ao termo *commoning* (ANGELIS, 2006) - pode ser entendida como uma atividade naturalmente cultural. O fazer comum é, de certa forma, fazer cultura.

Finalmente, compreendida esta afinidade temática, volto minha atenção ao curso de Produção Cultural (UFF-Niterói) para revisitar o conceito de cultura produzido a partir da academia. Aproveito para agregar a visão por mim construída ao longo da graduação, minhas percepções pós-Florestinha, tocadas inteiramente pela vivência prática e pela síntese desta rica experiência através do debate do “comum”.

### **CAPÍTULO 3: Revisitando Conceitos na Produção Cultural**

Começo este capítulo atentando para o fato de que a discussão conceitual do termo cultura é absolutamente extensa. Se o próprio curso de graduação em Produção Cultural (UFF-Niterói) não se permite esgotar este debate, talvez por compreendê-lo como inesgotável, não desejo de forma alguma neste trabalho dar conta de fazê-lo.

O que pretendo aqui é aprimorar o olhar que lanço para o campo da produção de cultura enquanto profissional da área formada por uma universidade. Para isso, trago minha trajetória pessoal e meu interesse pelo debate do “comum” como um possível novo ponto de vista sobre o próprio ato de produzir e mediar cultura.

Como observado no início deste projeto monográfico, em muito pouco o curso de Produção Cultural (UFF-Niterói) discute a dimensão ambiental da profissão de produtores. Para além disso, não se explora muito o conceito de produzir cultura na realidade extra-urbana. Trago esta crítica como forma de contribuição para o curso, cujas experiências e aprendizados adquiridos por mim são de fato riquezas ímpares. Escrevo neste último capítulo reflexões sobre a produção cultural como uma possível atividade de organização do “comum” (através, por exemplo, do manejo agroflorestal) com o intuito de agregar a subjetividade construída por mim em campo ao curso de formação de produtores.

A minha análise pós-Florestinha sobre o campo da produção cultural parte de uma observação óbvia, porém extremamente relevante e cada vez mais necessária: é preciso exercitar o respeito e a alteridade dentro de nossa profissão. É certo que nós, produtores culturais, estamos (ou deveríamos estar) extremamente familiarizados com o discurso e a importância do respeito às diversidades. Todavia, após experimentar, durante minha vivência em campo, uma vida “em rede”, percebo que ainda estamos muito longe de alcançar o nosso potencial coletivo enquanto grupo de atores socioculturais que somos.

Assim, após entender como funciona a floresta em si - de maneira completamente distribuída e coletiva - e após vivenciar um projeto que busca aplicar esta lógica em uma comunidade, me propus imaginar um cenário igualmente distribuído e fundamentalmente respeitoso no campo da produção cultural. Para exemplificar esta proposta, trago o recorte da produção audiovisual - área em que mais atuei durante os meus cinco anos de graduação.

A produção audiovisual independente - e para além dela também - é programada para funcionar sob uma lógica de extrema hierarquização de papéis. Existem regras

implícitas que permeiam a organização estrutural de uma equipe de filmagens e atravessam as relações interpessoais, afetando muitas vezes clima criado durante as diárias. Assim aprendemos nos cursos de cinema e assim reproduzimos nos sets de filmagens.

Como um breve exemplo, cito a figura do diretor geral, que por muitas vezes toma para si o reconhecimento de competência atribuído não só ao seu trabalho, mas a toda a equipe do filme. Existem diversas razões, sob o meu ponto de vista, para este fenômeno e não pretendo estender minha crítica à cada uma delas. O que exponho, amparada por experiências próprias, é uma necessária compreensão de que uma obra audiovisual é de fato uma obra coletiva.

Assim sendo, a lógica organizacional da produção de um filme - que acredito ser válida para outras áreas da cultura também - acaba muitas vezes por enfraquecer a experiência do grupo como cocriadores artísticos da obra. Com isso, o cenário como um todo é desfavorecido e a produção cultural perde potencial enquanto forma de expressão social autêntica. Reavalio esta dinâmica sob a ótica do “comum” e sob a proposta distributiva da Florestinha (embebida dos conceitos de Paul Baran).

Na prática, penso que isto seria reconhecer a soberania do diretor de um filme enquanto detentor dos direitos morais do mesmo somente perante as etapas jurídicas de exploração comercial da obra enquanto produto cultural. Entretanto, durante todo o processo criativo de produção, principalmente no set de filmagem, seria estabelecida uma relação horizontal e distribuída entre todos os artistas e técnicos envolvidos nesta cocriação. Para que esta dinâmica seja possível, é necessário estimular este tipo de visão durante a formação profissional de todos envolvidos na indústria cultural. É na sala de aula que se começa a construir ou desconstruir os sistemas hierárquicos.

Para quem atua no setor audiovisual (e provavelmente qualquer outro setor da cultura), talvez esta proposta de horizontalidade soe um tanto quanto utópica. Entretanto, acredito que o ambiente naturalmente colaborativo da produção cultural pode mudar em muitos aspectos uma vez trabalhada o limite entre indivíduos e papéis profissionais. Desta forma, por exemplo, um diretor vai manter seu lugar de “maestro” do set perante aos outros profissionais, mas a pessoa em si vai lidar de forma totalmente respeitosa e igualitária com o grupo de artistas que compõe a equipe.

Reconheço que o limite entre o papel profissional e individual é tênue e tais figuras se confundem cada vez mais em um sistema capitalista pós-moderno, e principalmente no campo de produção artística. Por isso a importância em se abordar estruturas de

organização coletiva - como o debate do “comum” - desde o início da formação acadêmica e da carreira.

O meu esforço é justamente em buscar aproximar as redes distributivas da noção de coletividade e relações interpessoais geradas em um set de filmagem (e outros contextos). A organização da produção em si, com as interações de funções pré-estabelecidas e suas devidas segregações em departamentos, não são necessariamente ruins. Elas são reconhecidas como parte do processo produtivo; Assim, defendo uma organização que contesta a hierarquia em set, não a organização de funções e contatos em si. É uma rede que propõe a conexão das pessoas envolvidas no processo de filmagem, a descentralização do mérito atribuído a elas. Mantida a organização de funções, essencial para o bom andamento do trabalho, este trabalho se propõe refletir sobre as interações individuais no campo da produção cultural.

Em suma, o ponto principal que trago para orientar minha visão sobre o meio cultural é o benefício experimentado através da prática de distribuição e, conseqüentemente, respeito entre indivíduos. Arrisco dizer que é a própria simplicidade desta constatação que a torna extremamente desafiadora, tanto individualmente quanto coletivamente.

Encerrada a reflexão sobre o setor audiovisual, exponho minhas conclusões agora voltadas para o próprio termo cultura, o debate no curso de Produção Cultural (UFF-Niterói) e a noção expandida sobre esta profissão.

Retomando brevemente a bagagem teórica adquirida ao longo desta graduação, em especial a contribuição de expoentes da sociologia da cultura, entende-se aqui o campo cultural como verdadeiro espaço de disputas e dominações, atravessado diretamente pelas posições sociais (condições objetivas de existência), as classes hierárquicas formadas a partir destas e, por conseguinte, os gostos e hábitos (BOURDIEU, 1976). O campo cultural, segundo Bourdieu (1976), está subordinado ao capital em sentido expandido: bens econômicos e simbólicos, que necessariamente refletem desigualdades socioeconômicas de uma comunidade. Sob a luz de seus estudos, fica explícita a relação direta e indissociável entre produção de cultura e economia.

Sem pretender avançar no campo da sociologia, é necessário reconhecer a complexidade dos estudos sobre a própria cultura e produção da cultura. Ao defender nesta monografia uma organização comunitária com relações descentralizadas, harmônicas e mais respeitadas, não ignoro ou desprezo as tensões próprias do campo cultural e de certo vitais para a própria experiência social que conhecemos. O que faço, por outro lado, é buscar

analisar este campo a partir de uma realidade distribuída. O respeito e a alteridade não são condições a parte das tensões estruturantes do campo, mas sim uma outra forma de experimentar tais conflitos. Enfim, não são os conflitos do campo cultural que penso ser possível combater através de uma nova concepção de coletividade, mas sim a violência simbólica e alienante que surge das desigualdades múltiplas nas quais se contextualizam tais conflitos.

Retomando o tema discorrido no segundo capítulo, conclui-se que o “comum” e o “fazer comum” podem ser interpretados como um produto social, uma prática (VIEIRA, 2014). Da mesma forma, é possível analisar o campo cultural como atravessamentos contínuos que permeiam os indivíduos reunidos em uma comunidade, podendo esta ser espacial e até mesmo virtual. Desta forma, pensando em um novo olhar a ser lançado sobre a produção cultural, tenho que, em algum grau:

### 3.1 Cultura compõe o Comum

Para além dos estudos culturais e terminologias, também se pode categorizar os bens Naturais disponíveis no Meio Ambiente como parte integrante e material do “comum” - a partir da visão de teóricos como Ostrom e Negri (2014), por exemplo. Foi assim que norteiei meu raciocínio nesta monografia e pude, a partir dela, expandir meu olhar sobre minha futura profissão. Dito isso, tem-se:

### 3.2 Bens Naturais compõem o Comum

Portanto, partindo destas duas conclusões, define-se que Cultura e Bens Naturais podem assumir significados muito próximos. Um não esgota o outro mas, através do debate do “comum”, eles se confundem enquanto produto e produção social. Desta forma fica posta a minha conclusão sobre o papel de produtores culturais em realidades distintas de grandes centros urbanos. Mais do que isso, vejo como muito pertinente a presença de tais profissionais atuando diretamente no Meio Ambiente, como fiz durante minha pesquisa de campo e como pretendo voltar a fazer.

É imensa e ancestral a relação que se estabelece entre Cultura e Natureza. Aprofundando a questão no que tange à abrangência do tema dentro do curso de Produção Cultural (UFF-Niterói), poderia-se pensar em um estudo relacional entre os temas preservação e memória imaterial e Meio Ambiente. Na minha trajetória individual, o primeiro assunto se fez muito presente nos debates acadêmicos (em especial nas disciplinas de Teoria da Cultura, História do Patrimônio Cultural, Métodos de Pesquisa em Cultura e Políticas Culturais). Ainda assim, por mais que esteja reforçada a importância em se valorizar e preservar culturas originárias, muito pouco avançamos neste debate até a questão ambientalista, por exemplo, intimamente ligada às lutas quilombolas e indígenas no Brasil.

Defendo aqui que o debate sobre a questão ambiental no país (e no mundo) vem se tornando cada vez mais fundamental. O conhecimento deste tema é uma verdadeira ferramenta de luta social. Não se trata somente de defender culturas originárias deste país (como se este não fosse motivo suficiente para nos desdobrarmos sobre o tema). Enxergo, e hoje mais do que nunca, que o estudo aprofundado sobre o cenário político que se volta para o Meio Ambiente e a exploração de bens naturais - definidos aqui como verdadeiro patrimônio imaterial cultural - deve vir a ser de caráter prioritário na formação de produtores culturais. Não só pela afinidade temática como também pela urgência e gravidade dos rumos catastróficos que as políticas públicas para o Meio Ambiente estão tomando.

Avançando na minha proposta de revisitar o conceito de cultura construído ao longo da minha trajetória acadêmica, aponto outro grande fator convergente entre o debate do “comum”, a experiência comunitária proposta pela Florestinha do Vale Verde e a formação profissional de produtores culturais. A palavra-chave que perpassa todos estes objetos de análise e sintetiza muito do que busco defender nesta monografia é *confiança*.

Assimilando as transformações pessoais que sofri após minha vivência em campo, percebi o quão limitada era, até então, a minha concepção de confiança. Foi através do estudo do “comum” - e principalmente da contribuição de Hardin (2018) para o tema - que pude compreender como, provocados por um contexto social competitivo e desequilibrado, acabamos por naturalizar relações de exploração, em especial no ambiente de trabalho, e criamos hábitos individualistas, desconfiando de colegas a nossa volta.

Reconhecida a gravidade deste processo - que pode culminar na perda de potencial criativo enquanto organizações coletivas que somos -, atento para a necessidade em se trabalhar a confiança durante a formação profissional de agentes da cultura. Hoje percebo o



quão necessárias são as atividades coletivas e corporais propostas pelo curso Produção Cultural (UFF-Niterói) às turmas iniciantes, por exemplo. Tanto a experiência do “trote solidário” quanto a atividade sensorial elaborada no primeiro período cumprem, ainda que não suficientemente, a função de instigar o debate sobre a confiança em si mesmo e no grupo.

Com isso, defendo a manutenção destes momentos no curso bem como uma expansão deles para outros períodos da graduação. Amparada pela filosofia que Dax e Michy aplicam na Florestinha e também pelo trabalho de Elinor Ostrom, posso enxergar a relação direta entre a responsabilidade em se mediar cultura e a necessidade em se organizar de forma coletiva, distribuída, respeitosa. Enfim, acredito que a prática profissional de produtores culturais está (ou deveria estar) associada à uma capacidade de organização coletiva atravessada por relações de confiança.

Investindo ainda mais neste tema, volto meu olhar para a Produção Cultural entendendo como ela é, fundamentalmente, baseada em trocas. Assim como a Florestinha do Vale Verde, a produção, gestão e consumo de cultura são atividades de troca. Por mais que perceba este debate no curso de graduação, acredito que vivências práticas podem superar a teoria e fazer com que alunos compreendam a fundo o que defendo. As trocas podem ser, uma vez praticada a confiança e o espírito de comunidade, experiências enriquecedoras elevadas à máxima potência. Ou seja, ao invés de reduzi-las estritamente a prestação de serviços e bens por capital financeiro, as trocas em comunidades distribuídas tendem a ser - de acordo com a minha experiência na Chapada dos Veadeiros - verdadeiras manifestações amorosas.

Digo isso pois observei durante o período em que atuei junto a Dax e Michy a minha própria postura mudar ao passo que interagira e compartilhava com eles. Nas feiras de produtores rurais de Alto Paraíso, por exemplo, era prática comum entre os vendedores trocar produtos desde categorias similares - um alimento por outro - até categorias distintas - um objeto de arte por um café artesanal, uma cesta de abacates por uma leitura de tarot. Por fim, as trocas passam a ser uma expressão de respeito entre os próprios agentes da comunidade, chegando a eliminar a necessidade em se precificar produtos pela lógica capitalista. Acredito que esta dimensão de interações comunitárias não é um privilégio dos moradores da Chapada dos Veadeiros, mas sim um exemplo a ser reproduzido em outras regiões e escalas.

Por fim, tenho que minha visão para o campo da Produção de Cultura se expandiu de forma considerável após vivenciar uma realidade socioeconômica distinta à minha, na

Chapada dos Veadeiros. Sintetizar minha experiência em campo nesta monografia foi um processo libertador ao passo que pude relacionar teoria e prática, concluindo minha hipótese inicial sobre a relevância em se pensar a profissão de produtora cultural em um contexto extra-metropolitano.

Assim, reunindo todas as discussões propostas neste trabalho, vejo como imprescindível para a formação intelectual e profissional das alunas e alunos deste curso a inserção da temática ambientalista e - além disso - a discussão sobre o lugar de produtores culturais em contextos espaço-temporais diversos.

## Conclusão

Após concluir minha pesquisa-intervenção e sintetizá-la nesta monografia, enxergo que fiz dois movimentos próprios do processo de aprendizado: produzir teorias fundamentadas na prática e, simultaneamente, desconstruir visões a partir destas novas teorias. Finalmente, tenho para mim que organizações coletivas distribuídas são possíveis ferramentas úteis à prática profissional de produtores culturais. Vislumbro um futuro próximo onde, a partir do debate aprofundado sobre esta temática dentro da academia, o próprio campo da cultura se favorece do caráter colaborativo estimulado por seus profissionais.

Encerro este trabalho como verdadeira trajetória intelectual e espiritual que foi acreditando no potencial crítico que ele apresenta ao curso de graduação em Produção Cultural (UFF-Niterói). Espero que meus esforços em buscar novos horizontes dentro da profissão se transformem em mais debates e produções teóricas e práticas sobre o tema, bem como contemplem os interesses sobre a correlação Meio Ambiente e Cultura que muitos colegas de carreira possam ter ou vir a ter.

Reforço a urgência política que as temáticas aqui abordadas vêm apresentando no país e, como movimento reativo, podem tornar-se verdadeiras ferramentas de luta social. Com esta percepção e sem jamais pretender engessar minha visão, deixo expresso neste trabalho que reconheço a potência e relevância social que o curso de Produção Cultural (UFF-Niterói) possui em essência para o Brasil de 2019.

**Referências bibliográficas:**

ACSELRAD, Henri. **Ambientalização das Lutas Sociais - O Caso do Movimento por Justiça Ambiental**. *Estudos Avançados*, p.103 -119, fev, 2010.

BARBEDO, João Ricardo. **A Estrutura sem Centro: As Arquiteturas de Redes de Paul Baran**. Disponível em: <https://medium.com/@jornalismoespm2017.1/a-estrutura-sem-centro-as-arquiteturas-de-redes-de-paul-baran-c5d15d30b65b>. Acesso em 02/07/2019.

DA SILVEIRA, Sergio Amadeu; SAVAZONI, Rodrigo. **O Conceito do Comum: Apontamentos Introdutórios**. Fonte: Liinc em Revista,2018, vol. 14. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4150/3690>. Acesso em: 23/06/2019.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

GOIÁS, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de. **Comunidade Quilombola Kalunga**. 2019. Disponível em: <http://www.secretariaciadada.go.gov.br/index.php/comunidade-quilombola-kalunga>. Acesso em: 23/06/2019.

GOTSCH, Agenda. Disponível em: <https://www.agendagotsch.com/>. Acesso em: 23/06/2019.

GOTSCH, Ernst. **Homem e Natureza Cultura na Agricultura**. 2 ed. Recife: Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, 1997.

ICMBIO. **Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**. 2019. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnachapadadosveadeiros/>. Acesso em: 23/06/2019.

LEFF, Enrique. **Ecologia Política: Uma Perspectiva Latino-Americana. Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora: UFPR, 2013.

MALINI, Fabio. **Constituição do Comum por Antônio Negri**. Disponível em: <http://fabiomalini.com/dossie-negri-e-foucault/a-constituicao-do-comum-por-antonio-negri/> Acesso em 27/06/2019.

NEGRI, Antonio. **Negri e o Conceito de Multidão**. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2014/06/Antonio-Negri-E-a-multidao-que-comanda-a-historia-4520222.html>. Acesso em: 23/06/2019.

NEGRI, Antonio, HARDT, Michel. . Rio de Janeiro: Record, 2016.

NEGRI, Antonio. **O Comum como Modo de Produção**. Disponível em: <https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2016/10/28/o-comum-como-modo-de-producao-antonio-negri/>. Acesso em 25/06/2019.

NEGRI, Antonio. **2º Seminário Internacional Capitalismo Cognitivo. 2005**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rGrubIVxzOE&t=243s>. Acesso em: 27/06/2019

NEGRI, Antonio. **Texto 3: A Constituição do Comum, por Antonio Negri (tradução e transcrição Fabio Malini)**. Disponível em: <http://fabiomalini.com/dossie-negri-e-foucault/a-constituicao-do-comum-por-antonio-negri/>. Acesso em 25/06/2019.

ORG, CEPEAS. **Princípios da Agricultura Sintrópica**. Disponível em: <https://cepeas.org/wp-content/uploads/2018/05/1-Princi%CC%81pios-de-Agricultura-Sintro%CC%81pica.pdf> / Acesso em 25/06/2019.

OSTROM, Vincent E Elinor, CAPELARI, Mauro Guilherme Maidana; CALMON, Paulo Carlos Du Pin; ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães De;. **Dois Confluentes Trajetórias para a Governança de Recursos de Propriedade Comum**. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/asoc/v20n1/pt\\_1809-4422-asoc-20-01-00203.pdf](http://www.scielo.br/pdf/asoc/v20n1/pt_1809-4422-asoc-20-01-00203.pdf) . Acesso em: 25/06/2019.

PASSOS, Eduardo e DE BARROS; BENEVIDES, Regina. **A Cartografia como Método de Pesquisa-Intervenção**. In: PASSOS, Eduardo. KASTRUP, Virgínia. DA ESCÓSSIA, Liliana. (Orgs). **Pistas do Método da Cartografia**. Porto Alegre: Editora Sulina. 2015. p. 17-32.

Disponível em: <https://cepeas.org/wp-content/uploads/2018/05/1-Princi%CC%81pios-de-Agricultura-Sintro%CC%81pica.pdf> . Acesso em:25/06/2019.

SOCHA, Eduardo. **Pequeno Glossário da Teoria de Bourdieu**. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/pequeno-glossario-da-teoria-de-bourdieu>. Acesso em: 26/06/2019.

THOREAU, H. D. **Walden**. 1 ed. São Paulo: Edipro, 2018.

VIEIRA, Miguel Said. **Os Bens Comuns Intelectuais e a Mercantilização**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
COORDENAÇÃO DA GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL - GGR

### ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO FINAL DO CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL

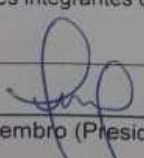
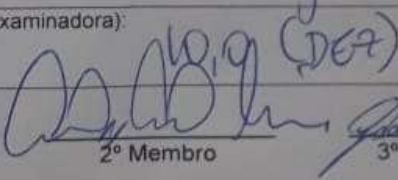
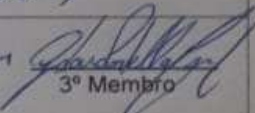
#### IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO

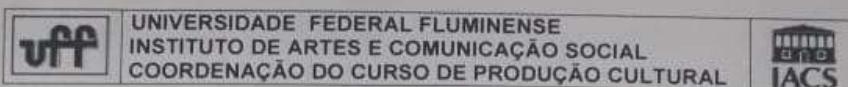
Nome do Candidato: <b>GABRIELA ANDRADE DE MATTOS</b>	Matrícula: 114 033 014
Título do Trabalho: <b>"PRODUÇÃO CULTURAL SOB A ÓTICA DO COMUM - UM ESTUDO DE CASO NA CHAPADADOSVEADEIROS - GOIÁS, BRASIL."</b>	
Orientador(a): <b>Dr. João Luiz Pereira Domingues</b>	
Categoria: <b>Monográfico</b>	Data da Apresentação: <b>18/07/2019</b>

#### BANCA EXAMINADORA

1º Membro (Presidente): <b>Dr. João Luiz Pereira Domingues</b>
2º Membro: <b>Me. Luiz Carlos Mendonça</b>
3º Membro: <b>Bac. Gustavo Portella</b>

#### AVALIAÇÃO:

Análise / Comentário
<p>A BANCA DESTACA A TEMÁTICA DO TRABALHO, QUE BUSCA APROXIMAR A LITERATURA AMBIENTAL - LSTA AO CAMPO DA PRODUÇÃO CULTURAL. DESTACA TAMBÉM A ESCRITA, QUE EXPLÍCITA A RICA EXPERIÊNCIA DA PESQUISA DE CAMPO. POR FIM, A BANCA INDICA A CONTINUIDADE DOS ESTUDOS EM PÓS-GRADUAÇÃO.</p>
Nota Final (média dos três integrantes da Banca Examinadora):
<p>ASSINATURAS:   </p> <p>1º Membro (Presidente)      2º Membro      3º Membro</p>



INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO FINAL DO CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL	
NOME DO CANDIDATO: <b>GABRIELA ANDRADE DE MATTOS</b>	
TÍTULO DO TRABALHO: "PRODUÇÃO CULTURAL SOB A ÓTICA DO COMUM – UM ESTUDO DE CASO NA CHAPADADOSVEADEIROS – GOIÁS, BRASIL."	
ORIENTADOR(A): Dr. João Luiz Pereira Domingues	
CATEGORIA: <input checked="" type="checkbox"/> Monográfica	DATA DE APRESENTAÇÃO: 18/07/2019

Os graus devem ser obtidos a partir da média entre os três avaliadores.  
Esta ficha deve ser entregue junto com a Ata final, e não será encartada na monografia.

### I – APRESENTAÇÃO ESCRITA

40% - (cada item até 1,0) Grau: 4,0

- Estrutura metodológica (método adequado, problematização, objetivos, referencial teórico)
- Formatação (respeito às normas técnicas)
- Elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais (aspectos formais em relação aos elementos pré-textuais – tudo que estiver antes da introdução, p. ex. capa, folha de rosto, relação de abreviaturas, sumário; textuais – formatação do corpo do trabalho em si, rodapés, capítulos etc; pós-textuais – tudo após a conclusão, ou seja formatação da bibliografia, anexos)
- Clareza e correção da linguagem

### II – CONTEÚDO

40% - (cada item até 1,0) Grau: 4,0

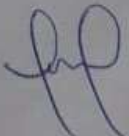
- Coesão e coerência textual
- Relevância do tema
- Referências adequadas e atualizadas
- Argumentação consistente

### III – APRESENTAÇÃO ORAL

20% - (cada item até 1,0) Grau: 2,0

- Exposição do trabalho
- Respostas à arguição

Rubrica do orientador(a):

Grau Final: 10,0  
 ————— (10,0)





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL

---

## AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE MONOGRAFIA

---

Niterói, 18/07/2019

Eu, **GABRIELA ANDRADE DE MATTOS**, CPF 118.165.437-80, formando(a) do curso de Graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense, autorizo a divulgação do conteúdo da monografia (texto integral e/ou fragmentos, respeitada a autoria) intitulada "**PRODUÇÃO CULTURAL SOB A ÓTICA DO COMUM – UM ESTUDO DE CASO NA CHAPADA DOS VEADÉIROS, GOIÁS – BRASIL.**" defendida nesta data, em bibliotecas e sítios de divulgação de resultados científicos e acadêmicos. Para tal, comprometo-me a entregar a presente monografia em versão digital, em extensão PDF.

Gabriela A. de Mattos

**GABRIELA ANDRADE DE MATTOS**



Rua Lara Vilela, 126 – São Domingos – Niterói/ RJ  
CEP 24.210-590 - Tel. 2629-9756

